



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CEDCA/SC –

Lei Estadual N.º 12.536 de 19/12/02 - Decreto Regimento Interno N.º 802 de 12/04/96
Avenida Mauro Ramos, 722 – Centro – Florianópolis – SC –
CEP: 88020-300 – (48) 3664-0795

ATA DA PLENÁRIA DE ABRIL DE 2016

6
7
8
9

10 Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, o Conselho
11 Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina –
12 CEDCA/SC reuniu-se para Assembléia Ordinária, na sala de reuniões Darcy
13 Ribeiro da SST, das 13h30min às 17h e 30min, com a presença dos seguintes
14 Conselheiros: *GOVERNAMENTAIS: Maria Iris Bessa Machado Lopes (SST),
15 Juliano Loubback Schneider (SCC), Viviane Silva da Rosa (SED), Iza Maria do
16 Rozário de Andrade e Cristiane Éller (SJC), Maria Aparecida Pires (SES), Maíra
17 Marchi Gomes (SSP/PCSC/), Cleber Rosso Bicca (SOL); *NÃO
18 GOVERNAMENTAIS: Janete F. Moreira Vieira (ACCT), Tania Ines Slongo
19 (AIFPFVESIJ), Jaime R. N. Soto (ASCK), Lizandra V. Salvadori (CCEA), Erli
20 Aparecida Camargo (FINER), José Carlos Eloy Martins (IJE- Dom Bosco),
21 Elaine Paes e Lima (OMEP/SC), Yuri Lourenço do Amaral (Adolescente).
22 Também estavam presentes: Maria Elisa S. de Caro (DIDH). Justificativas de
23 ausência: SAR (Laenio: demanda profissional), AJIDEVI (Robson: alta
24 demanda profissional) e APAIS (João: alta demanda profissional). Os (as)
25 demais conselheiros (as) ausentes não apresentaram justificativa. *Dando início
26 aos trabalhos da plenária, a Conselheira Elaine, coordenadora do CEDCA,
27 acolheu a todos os presentes e informou que a ata de março será colocada para
28 aprovação na plenária de maio. Colocou a pauta em votação sendo aprovada por
29 unanimidade, com alteração na ordem das temáticas. Solicitação apresentação
30 dos novos participantes da plenária: *Maria Elisa de Caro – Diretora da diretoria
31 de direitos humanos (DIDH) agora vinculada à SST que colocou sobre seu apoio
32 ao Conselho falando em nome do Secretário Geraldo Althoff; *Juliano
33 Loubback Schneider representando a SCC e explicando que aceitou sua
34 indicação por ter interesse na temática do Conselho e propõe que as ações sejam
35 trabalhadas com criatividade e se preocupa muito com a fragmentação dos
36 trabalhos, pois entende que os segmentos não se conversam; *Tania Ines Slongo
37 que agora representa o Fórum pelo fim da violência e exploração sexual
38 infantojuvenil, se coloca à disposição. *AUDIÊNCIA PÚBLICA: O Conselheiro
39 Cleber apresenta alguns apontamentos da audiência pública sobre Atendimento
40 Socioeducativo em Santa Catarina, que aconteceu na ALESC, dia 18/04/2016
41 (ontem) que, em seu ponto de vista, precisam ser operacionalizados: *criação de
42 um Núcleo Gestor para acompanhar, fiscalizar e incentivar a melhora contínua e
43 permanente do sistema socioeducativo no Estado (O CEDCA deverá organizar o
44 processo, inclusive definindo os membros e as atribuições); *realização de
45 espaços permanentes e regulares de escuta, compartilhamento, aprimoramento e
46 avanços do sistema socioeducativo (audiências públicas); *centralização da

Erli Camargo
Yuri

José Carlos Eloy Martins

47 gestão e dos recursos do PLA-PSC, semiliberdade e internação do Estado em
48 um único órgão ou fundação; *fortalecer as medidas de PLA-PSC como o
49 caminho inicial a ser fortalecido no Estado. Articular para que o Estado efetive
50 capacitação técnica suficiente aos municípios, ampliando o número de técnicos
51 (atualmente apenas um técnico tem que fornecer orientações e treinamento para
52 mais de 295 municípios; *ampliar a oferta em órgãos, empresas e instituições de
53 vagas para PSC, fortalecendo os vínculos do Adolescente com a comunidade;
54 *que o governo do Estado possibilite financeiramente a ida de representantes do
55 CEDCA na fiscalização e acompanhamento nos CASEs E CASEPs do Estado,
56 como preconiza a lei do SINASE; *trabalhar o consciente coletivo a respeito da
57 importância do sistema socioeducativo como espaço de educação e de
58 transformação de adolescentes, devendo ser luta de toda a sociedade e não
59 apenas do Estado; *articular, fiscalizar e incentivar para que a Educação e a
60 Saúde estejam presentes nas unidades de internação, como preconiza a Lei do
61 SINASE. Este informa ainda que a ALESC, por meio da Comissão de Defesa
62 dos Direitos da Criança e do Adolescente, disponibilizará a ata e os
63 encaminhamentos oficiais desta audiência, em formato eletrônico em breve.
64 Outros Conselheiros Estaduais se manifestaram reforçando a fala acima,
65 acrescentando sobre a preocupação e angústia acerca da não publicação ainda do
66 Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo no Diário Oficial do Estado
67 (Viviane), sobre colocar prazos para a efetivação das ações (Jaime), sobre
68 aprofundar as discussões levantadas na audiência (Lizandra), e lembrando que já
69 existe um diálogo iniciado com variados segmentos para implementação do
70 Plano, sendo que estes participaram da construção deste importante
71 documento(Maria Elisa), sobre responsabilizar a comunidade para a prevenção
72 (Maíra), sobre uma agenda positiva quando da abertura de novas instituições
73 (Iza), sobre garantir a interlocução entre os segmentos necessários para a
74 operacionalização das ações previstas (Erlí). A Conselheira Elaine, ressalta que
75 a referida audiência pública contribuiu muito para o fortalecimento da
76 identidade deste Conselho Estadual. Destacou também que a Assembléia
77 Legislativa reconheceu este Conselho como alto grau de competência frente a
78 Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem
79 como o alto nível dos participantes na referida audiência. Na oportunidade
80 informa que a ata da audiência assim que for recebida, será divulgada pelo
81 CEDCA, tornando-a pública. Acrescenta que o Plano Estadual Socioeducativo
82 desde que aprovado pelo CEDCA já é um documento Público, podendo e
83 devendo ser publicizado para sua implementação, já devendo estar sendo
84 aplicado em seu pleno vigor. A Coordenadora Elaine registra, assim como
85 parabeniza a Conselheira Maira pela sua fala enquanto Palestrante abrindo os
86 trabalhos da audiência pública, desenvolvendo com o tema... com brilhantismo.
87 Como encaminhamento, lembrando que na plenária de março foi aprovada a
88 criação da Comissão do Socioeducativo, a Conselheira Elaine conclama aos
89 Conselheiros presentes para que esta seja constituída, ficando assim se compôs:
90 Viviane, Uilian, Halei, Maria Elisa, Maíra. A Conselheira Viviane se

Beli Camargo

91 responsabilizou em chamá-los para o primeiro encontro. Essa Comissão pensará
92 sobre as declarações descritas acima e recebeu carta branca da plenária para
93 operacionalizar e agilizar os trâmites para a realização das ações previstas e
94 citadas acima. *SIPIA CT: A Conselheira Janete explicou que está sendo
95 organizada uma nova versão do Sistema para Infância e Adolescência – SIPIA
96 CT e que, este mês de abril, é o prazo final para que seja iniciada a sua
97 utilização. Ela propõe que a Coordenadora Estadual do SIPIA, senhora Lucia
98 Grisel, seja convidada para participar da plenária de maio para apresentar esta
99 nova versão, capacitando os Conselheiros Estaduais do CEDCA, sendo esta
100 deliberação aprovada. O senhor Marcelo Nascimento - Coordenador da Política
101 de Fortalecimento dos Conselhos da Secretaria de Direitos Humanos solicitou
102 manifestação dos Conselhos Estaduais de Direito sobre a possibilidade de os
103 Conselhos assumirem a gestão do SIPIA. A Conselheira Elaine explica que, por
104 desconhecer este sistema é que os Conselheiros Estaduais precisam ser
105 capacitados, privilegiando ainda o conhecimento das diferentes nuances sobre a
106 utilização desta nova versão, especialmente a aquisição de senhas. O
107 Conselheiro Cleber questiona sobre a manifestação do CEDCA acerca dessa
108 possível gestão do SIPIA pelos Conselhos Estaduais ao Senhor Marcelo
109 Nascimento, pois não acredita que o CEDCA possa ser executor. Sendo assim,
110 sugere que aguardem a realização da X Conferência Nacional dos Direitos da
111 Criança e do Adolescente que acontecerá de 24 a 27 de abril, em Brasília, para
112 depois responder. A diretora de Direitos Humanos, senhora Maria Elisa
113 informou que o SIPIA agora está vinculado à DIDH na SST. *Pauta para
114 plenária de maio: Devido à alta demanda de ações do CEDCA, a Coordenadora
115 Elaine, junto ao Forum DCA, propõe que em maio a plenária aconteça durante
116 todo o dia: no período matutino discutir sobre a temática FIA/SC com a
117 presença de representantes do TCE/SC – Luiz Claudio Vianna e do MP/SC – Dr.
118 Marcelo Wegner, Gestor do Fia – Luís Antonio Caon, Ordenador primário do
119 FIA – Secretário Geraldo Althoff, bem como dos membros da Comissão
120 Permanente de Captação de Recursos do FIA, objetivando equiparar o
121 conhecimento dos Conselheiros Estaduais para que tenham a mesma fala ao
122 fazer declarações acerca do Fundo para Infância e Adolescência; no período
123 vespertino capacitação sobre o SIPIA CT (nova versão) com a Coordenadora
124 Estadual Lucia Grisel e demais temáticas. Esta proposição foi aprovada por
125 unanimidade pela plenária. *Ofício Circular GABS/SST N°296/2016: A
126 secretária executiva Lidia leu na íntegra o ofício enviado pelo Gabinete da SST
127 que trata da “crise financeira” que o Estado está enfrentando, assim como o
128 Brasil. Neste ofício, após os considerandos elencados, o gestor da SST, solicita
129 que o CEDCA, assim como os demais Conselhos setoriais e de direito,
130 rerepresente uma programação de reuniões para este ano, sugerindo que sejam
131 realizadas trimestralmente, comunicando ainda que todos os pedidos de diárias e
132 passagens serão avaliados individualmente pela equipe gestora da casa de
133 acordo com disponibilidade financeira. Ressaltando ainda que este
134 encaminhamento é motivado pelo momento vivido pelo nosso país, somando

Érli Camargo



Yuni



135 forças á equipe econômica do Governo do Estado de Santa Catarina afim de
136 garantir que os salários dos servidores públicos do nosso Estado sejam
137 resguardados e agradecendo toda dedicação da efetivação das políticas públicas
138 de direitos. A Conselheira Elaine indignada desabafa que isso vem reafirmar a
139 desqualificação do Conselho por parte do Governo do Estado e reforça que a
140 estrutura dos conselhos deve ser mantida pelo executivo. A conselheira Viviane
141 coloca que não vê como um desrespeito para com os conselhos e reforça que é
142 visível que cada vez mais enfrentaremos situação igual de contenção de
143 despesas e sugere que todos os conselhos vinculados à SST se reúnam e pensem
144 numa solução emergente. A Conselheira Maíra coloca que não vê como um
145 desrespeito, que a postura nas lutas deve ser de parcerias sim, inclusive
146 propondo formas de agilizar a realização dos encontros do CEDCA para que
147 esta não sejam engessadas, construindo juntos possibilidades viáveis. A
148 Conselheira Erli indignada diz que não aceita esse discurso de colocar panos
149 quentes e sugere informar ao Ministério Público como já havia sido pensado
150 anteriormente. Segue propondo que sejam estudadas possibilidades, mas com
151 coerência, pois o Conselho vem sendo prejudicado há tempos, concorda em
152 ponderar, mas sem se calar. A Conselheira Iza desabafa dizendo que os
153 conselheiros governamentais estão muito envolvidos sim e está muito chateada
154 por ouvir tanto desmando sobre a situação apresentada, e que pensar juntos é a
155 melhor saída no momento para não parar com as ações do CEDCA previstas
156 para este ano, como a construção dos planos, entre outras. O Conselheiro José
157 Carlos fala que compreendia a crise, no entanto, o governo precisa garantir a
158 execução das políticas públicas para crianças e adolescentes, diz que atuará
159 efetivamente, mas que não poderá se calar, reforçando que o governo está com
160 dívida para com os Conselhos. A diretora Elisa lembra que o gabinete está
161 sugerindo possibilidades em repensar as ações e não fazendo imposições, está
162 informando sobre a diminuição dos recursos financeiros disponíveis ponderando
163 que esta situação de cortes de despesas é uma orientação federal também. As
164 Conselheiras: Iris e Elaine acreditam que reunir todos os Conselhos só
165 demandaria mais discussões polêmicas e sem resultados positivos. Encerraram-
166 se as discussões sem deliberações ou encaminhamentos. ***Comissão de**
167 **Orçamento e Finanças - COF: #Fundo para Infância e Adolescência:** A
168 Conselheira Elaine informou à plenária sobre sua participação na reunião da
169 Comissão Permanente de Captação de Recursos do FIA que aconteceu na
170 semana anterior, no auditório do Conselho Regional de Contabilidade. Relata
171 que os convidou para apresentar à plenária o resultado das visitas que fizeram
172 nas instituições que receberam recursos do FIA/SC para custear seus projetos. A
173 Conselheira Elaine ressalta que o Conselho Estadual, enquanto Gestor do FIA,
174 não reconhece esta Comissão, uma vez que não há nenhuma Resolução do
175 Conselho que trata deste reconhecimento, propondo que na Assembleia de maio
176 seja aprovada a Resolução reconhecendo a mesma. O Gestor do FIA/SC - Luís
177 Antonio Caon faz um breve histórico sobre os trabalhos desta comissão desde
178 2011 quando o Governador, através da Casa Civil, oficializou o FIA/SC e o

Erli Camargo

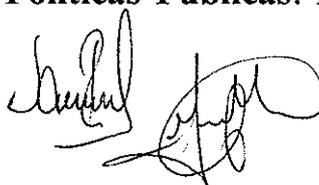


Yumi



179 vinculou na SST juntamente ao CEDCA. Sendo assim, solicita ao CEDCA a
180 construção de uma Resolução que dê legitimidade à esta comissão, bem como
181 esclareça sobre a sua funcionalidade nas ações efetivadas, respaldando os
182 trabalhos já realizados até o momento. A Conselheira Elaine cita a Resolução
183 CEDCA N°007/2013 que apenas dispõe sobre a captação de recursos do
184 FIA/SC, mas que não reconhece a existência dessa comissão, devendo esta ser
185 consolidada, garantindo a participação deste Conselho e abrindo possibilidades
186 de convidar novos parceiros. Como encaminhamento aprovado, a Comissão de
187 Normas construirá essa resolução para que seja aprovada na plenária de maio.
188 #Campanha FIA: A Conselheira inicia a avaliação da campanha do FIA/SC
189 parabenizando o empenho da ASCOM/SST, mas reforça que não aconteceu a
190 conteúdo, pois a empresa atrasou a entrega material impresso, entre outros
191 obstáculos enfrentados. #Prestação de Contas FIA/SC/2015: A Conselheira
192 Viviane explica que a COF vem discutindo sobre a transparência da prestação de
193 conta dos recursos do Fundo Estadual e informa que Daiana – Consultora do
194 FIA, apresentou de forma muito detalhada a prestação de contas de 2015, e que
195 está analisando este documento (que o recebeu digitalizado) para apresentar seu
196 parecer ao CEDCA em outra oportunidade, já que está saindo da COF e
197 migrando para a recém constituída Comissão do Socioeducativo. A consultora
198 Daiana explicou que digitalizou todo o processo de prestação de contas e o
199 colocou no SGP-e (Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico) para que
200 nenhuma peça se perca e também para que possam ser anexadas outras se
201 necessário. #Edital de Projetos: A Conselheira Viviane relata sobre as
202 deliberações da reunião que aconteceu com a secretária adjunta da SST
203 (GABSA – Régia): Os membros da COF construirão o documento com
204 sugestões dos demais conselheiros, via e-mail, para que seja enviado até dia
205 06/05/2016 aos representantes do GABSA (gabinete da secretária adjunta) /
206 COJUR (consultoria jurídica) / GEPLA (gerência de planejamento) / GE AFC
207 (gerência de administração, finanças e contabilidade) - setores específicos da
208 SST para análise jurídica e estrutural viáveis com vistas técnicas... (Vivi...
209 poderias completar aqui?). A Consultora Daiana expressa sua preocupação com
210 a diminuição da quantidade de membros na COF. A Conselheira Elaine explica
211 que o Forum DCA deliberou que os Conselheiros Elaine, Janete e José Carlos
212 comporão esta comissão, junto ao Conselheiro Jaime (todos da sociedade civil) e
213 ao Conselheiro Juliano da SCC. Preocupado com a composição falha das
214 comissões, o Conselheiro Cleber (também coordenador adjunto do CEDCA), se
215 colocou à disposição para manter contato com cada conselheiro e conselheira
216 para aderirem às comissões temáticas do Conselho, (re) organizando-as, sendo
217 aprovada sua proposição. *Conselho Estadual de Direitos Humanos: A Diretora
218 de Direitos Humanos, senhora Elisa informou que está sendo construído o edital
219 de chamada pública para a sociedade civil compor o Conselho Estadual de
220 Direitos Humanos e que será lançado brevemente, reforçando a idéia de que
221 todos se atentem a esta informação que será publicizada no site da SST
222 (www.sst.sc.gov.br). *Comissão de Políticas Públicas: A Conselheira Lizandra

Erli Carranço



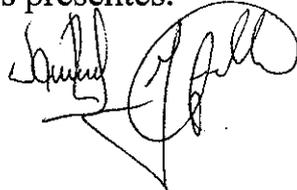
Jaime

Janete



223 (coordenadora desta comissão) informou sobre as deliberações da comissão
224 intersetorial, entre elas o setor solicitante para contratação de equipe técnica que
225 estruturará os planos decenais, ressaltando que foi muito produtiva, pois
226 conseguiram elencar muitos outros segmentos que serão chamados à
227 participarem deste trabalho. Esta ainda desabafou sobre a ausência de retornos
228 dos membros da comissão de políticas públicas e a falta de comunicação, que
229 estão dificultando a efetivação dos trabalhos. A Conselheira Tania colocou seu
230 nome à disposição para fazer parte desta comissão. A Conselheira Viviane
231 propôs que a ata desta reunião seja colocada à disposição dos demais
232 conselheiros, para tanto, a secretária executiva solicitará à senhora Adriana que
233 é a coordenadora da comissão intersetorial, representando a SST. Ainda sobre os
234 planos decenais, o Conselheiro Cleber lembra os materiais informativos (check
235 list) que foram elaborados com objetivo de orientar os municípios na construção
236 de seus planos municipais, mas que ainda não foram enviados aos destinatários
237 (CMDCAS), pois não foi feita a estruturação deste dossiê como prometido na
238 plenária anterior. Sendo assim, a Conselheira Elaine se comprometeu e, analisar
239 este material o mais breve para eu a secretaria executiva encaminhe aos
240 municípios. A Conselheira Elaine propôs que todos os membros da comissão de
241 políticas públicas participem integralmente da comissão intersetorial até que se
242 consolide a aprovação dos planos decenais estaduais, sendo aprovada esta
243 deliberação. Nada mais havendo a tratar, a sessão plenária foi encerrada pela
244 coordenadora Elaine, agradeceu a presença de todos e concluiu que este
245 Conselho está de parabéns, pois vem desempenhando muito bem o seu papel
246 deliberador de políticas públicas em prol das crianças e adolescentes de Santa
247 Catarina. Eu, Lidia Vargas Peixer, Secretária Executiva do CEDCA, lavrei esta
248 ata que será aprovada e assinada pelos presentes.

Eli Camargo



Yuri